

O NÍVEL E A QUALIDADE DO ACESSO À EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE BARRA LOCALIZADA EM RIO DE CONTAS – BA

Alisson Pereira da Silva (1); Paulo Sérgio Monteiro Mascarenhas (2);

(1) Centro Territorial de Educação Profissional de Vitória da Conquista, alisson_p25@outlook.com;
(2) Centro Territorial de Educação Profissional de Vitória da Conquista, psmascarenhas@gmail.com;

RESUMO

Diante da importância da educação para a vida do cidadão, e a realidade da educação básica brasileira, o presente trabalho tem como objetivo compreender os desafios e as oportunidades enfrentadas pela população da comunidade remanescente de quilombo de Barra, localizada em Rio de Contas – BA, de modo a entender os caminhos percorridos para o acesso à educação formal. Para a realização desta pesquisa foi utilizada como instrumento pesquisa, uma entrevista, onde foram reveladas as dificuldades enfrentadas pelos moradores da comunidade no acesso à educação após concluírem o 5º ano do Ensino Fundamental. Desse modo, há a necessidade de políticas públicas voltadas para a inserção e permanência das populações quilombolas nas escolas.

Palavras-chaves: Acesso; Comunidade Quilombola; Educação; Escolas.

INTRODUÇÃO

A população afrodescendente no Brasil possui um histórico de escravatura e de exclusão social. Segundo a Fundação Cultural Palmares, entidade vinculada ao Ministério da Cultura, a Bahia é o estado com o maior número de comunidades remanescentes de quilombo, com o total de 743 comunidades já certificadas. O município de Rio de Contas, possui em sua história raízes negras, visto que esta localidade serviu de refúgio para a população negra, até os bandeirantes chegarem a região e explorarem a mão-de-obra dos negros na busca por minérios.

Segundo o Decreto nº 4.887/2003, entende-se por quilombo grupos que possuem relações territoriais específicas, com a mesma ascendência étnico-raciais e ancestralidade negra vinculada ao histórico de luta e resistência à opressão sofrida. Desse modo, há na cidade de Rio de Contas, algumas comunidades remanescentes de quilombos, que se dá devido o histórico das populações que viveram nessa área desde o século XVIII.

Como sabe-se, a educação básica brasileira apresenta uma série de deficiências, e quando adentramos, no cenário das comunidades quilombolas do país esta realidade é ainda mais preocupante. Apesar de existirem políticas públicas voltadas para a melhoria e desenvolvimento da educação quilombola, ainda há um longo caminho a ser percorrido para a busca de uma educação formal de qualidade e uma maior inserção social desta população. Uma Educação Escolar Quilombola de qualidade faz-se necessário para uma maior/melhor

construção do pensamento crítico das populações envolvidas, visando permitir aos alunos a compreensão de todo o histórico de lutas da população afrodescendente bem como despertar o interesse ao engajamento nestas lutas a fim de garantir, reafirmar e lutar por direitos.

Sendo assim, o acesso à educação formal é um direito de todos, e o estado é quem deve fornecer-la, é o que diz o artigo 205 da Constituição Federal de 1988. A educação escolar oferece uma qualificação para o trabalho, contribui para o desenvolvimento pessoal, além de estimular a cidadania. Fatores externos como alimentação e transporte, já se mostraram como determinantes para que se tenha bons resultados no processo ensino-aprendizagem. Dessa maneira, é de fundamental importância estudos e pesquisas voltados para escolarização de populações afrodescendentes de modo a garantir a permanência dessas populações nas escolas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O problema na educação do Brasil é algo de proporções gigantescas e que atinge vários grupos sociais. Nesse sentido, governantes e profissionais da área, buscam adaptar o sistema de ensino para atender as demandas de cada comunidade e assim minimizar os impactos. Assim, a educação formal para quilombolas e indígenas, é articulada de maneira diferente, buscando englobar e inserir no currículo, o ensino de matérias voltadas para a cultura destas populações permitindo uma maior/melhor formação histórico-cultural que permitirá por consequência elaborar estratégias que visem garantir uma aprendizagem eficaz.

O processo de aprendizagem está relacionado a uma série de fatores que não se limitam as paredes das salas de aula. A formação docente e capacitação do pessoal de apoio, a infraestrutura e condições de acesso das escolas e a alimentação dos educandos, já se mostraram como importantes condicionantes ao sucesso da aprendizagem do alunado.

Educação Escolar Quilombola

Desde 2011, o Conselho Nacional de Educação, iniciou através da Câmara de Educação Básica, o processo para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Desse modo, fica evidente a necessidade em inserir, ainda na educação básica, políticas voltadas para a realidade sociocultural e política das comunidades remanescentes de quilombo. Através de um currículo, voltada para a realidade das comunidades, têm se a intenção de alcançar uma melhor qualidade no ensino à essas populações.

Após várias discussões, a educação escolar quilombola passou a ser uma modalidade da educação básica brasileira. Assim, através de vários pareceres do Conselho Nacional de

Educação (CNE), a educação escolar quilombola deve seguir as mesmas orientações curriculares gerais da educação básica, e também englobar as especificidades e realidades das populações de comunidades remanescentes de quilombos.

Segundo a resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010 do Conselho Nacional de Educação, ao permitir a participação das comunidades na elaboração do currículo, está sendo ampliado o reconhecimento e valorização de seus modos de vida e heranças culturais, e as práticas ambientalmente sustentáveis que utilizam, além de ser fundamental para uma melhor construção da identidade de crianças, adolescentes e adultos. Além de permitir a reafirmação do pertencimento étnico das populações.

O Brasil tem em suas raízes, um histórico de preconceito e discriminação à população negra, um exemplo disto é a proibição dos negros na escola ser tida como uma forma de garantia da ordem social no passado. Assim, faz-se necessária a implementação de políticas públicas voltadas para o acesso e a garantia/manutenção deste acesso por parte da população quilombola nas escolas.

METODOLOGIA

Para a coleta de dados, fez-se uso de uma entrevista, que segundo Haguette (1997, p. 86) pode ser definida como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”.

Ainda segundo Haguette (1997, p. 86):

O processo de interação contém quatro componentes que devem ser explicitados, enfatizando-se suas vantagens, desvantagens e limitações. São eles: a) o entrevistador; b) o entrevistado; c) a situação da entrevista; d) o instrumento de captação de dados, ou roteiro de entrevista.

Este último, o roteiro de entrevista foi o instrumento que guiou toda a etapa de coleta de dados, de modo que foi composto por uma lista de perguntas que são objeto de pesquisa, previamente elaborados visando responder a problemática da pesquisa. A entrevista foi realizada com o representante da comunidade, buscando compreender a realidade através de métodos qualitativos de pesquisa.

A presente pesquisa pode ser classificada como uma pesquisa social, visto que esta, busca entender a realidade vivenciada pelos moradores de uma comunidade quilombola no tocante ao acesso à escola. É também uma pesquisa qualitativa onde busca-se uma melhor compreensão de como se dá o acesso à educação formal. Quanto a seus objetivos, esta pesquisa

ainda se classifica como explicativa, visto que seu objetivo é entender quais fatores estão presentes no processo de escolarização dos moradores.

A pesquisa foi realizada em Rio de Contas – BA que é uma cidade localizada no centro-sul baiano, onde foi fundada através de uma Provisão Real em 1745. Conta com uma população de 12.979 habitantes (IBGE, 2010) e IDH em 0,6 (PNUD). Segundo CRUZ, (2011, p. 38): “No centro de saúde, onde as famílias são cadastradas para fins de atendimento médico, existe um número de 76 famílias. Entre essas, aproximadamente 28 são de Barra.”

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comunidade remanescente de quilombo de Barra conta com uma única escola, a Escola Municipal Isidro Joaquim da Silva, que atende somente até o 5º ano do Ensino Fundamental e funciona apenas no turno matutino. Esta escola trabalha no regime de classe multisseriada, onde a única professora da escola tem de trabalhar com alunos de diferentes séries e idades na mesma sala. Além disto, trabalham na escola apenas uma professora e uma merendeira, esta que acaba por ser responsável pelos demais serviços gerais. A escola não recebe apoio técnico-pedagógico, como por exemplo, monitores para auxiliar as crianças deficientes e/ou com necessidades especiais.

Após concluído o 5º ano do Ensino Fundamental, para dar seguimento aos estudos, os discentes desta comunidade devem se dirigir até a zona urbana do município de Rio de Contas, que fica a 15 km de distância da comunidade quilombola. A prefeitura disponibiliza um ônibus para realizar o transporte escolar. Os alunos não podem optar pelo turno de estudo, onde é uma regra a matrícula de todos os alunos da comunidade de Barra e das demais comunidades quilombolas de Bananal e Riacho das Pedras, no turno matutino, visto que é disponibilizado um único ônibus para atender a demanda dessas três comunidades quilombolas localizadas na zona rural do município de Rio de Contas – BA.

Na comunidade não há uma organização política forte, o que acaba por dificultar a luta por direitos e melhorias na comunidade. Além disso, essa falta de organização política vai de encontro com a formação educacional dos alunos, visto que segundo relatos, na escola da comunidade não é realizado trabalhos voltados para o resgate e valorização da cultura africana, apenas é ensinado o conteúdo que já vem pronto nos livros didáticos, onde muitas vezes só retratam a realidade dos centros urbanos.

Na comunidade de Barra, não há atualmente nenhuma ação de cunho socioambiental sendo desenvolvida com a população. Também é inexistente um trabalho de educação

ambiental voltado para as necessidades da comunidade, iniciativas que se desenvolvidas na comunidade poderiam contribuir para uma melhor qualidade de vida e para a sustentabilidade socioambiental na área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade da população negra no Brasil, apresentou uma melhora considerável se comparada a décadas atrás. Mesmo assim, estas populações ainda sofrem com questões de racismo e exclusão social que já se tornaram institucionalizados na cultura brasileira. Além disto, as comunidades remanescentes de quilombos têm um histórico de lutas de séculos atrás que se perpetua até os dias atuais, o que se faz necessário na luta contra a opressão e violência, bem como garantir a posse de suas terras diante de grupos com maior poder econômico e político que travam verdadeiras batalhas.

A educação básica brasileira, apresenta uma série de deficiências tanto nas questões estruturais das escolas, transporte e alimentação, quanto na formação pedagógica dos docentes e preparo dos profissionais da educação, que estão longe das condições ideais para se assegurar uma educação de qualidade. Diante dessa realidade, os moradores da comunidade quilombola têm em seus caminhos mais dificuldades que oportunidades no tocante ao acesso à educação formal de qualidade.

Deste modo, é imprescindível que o Estado coloque em prática ações voltadas para uma maior inserção destas populações minorias na escola, bem como incentiva-las na permanência até a conclusão do ciclo de formação educacional. Essas políticas públicas podem envolver, melhorias no transporte escolar, incentivos e formação aos professores para que desenvolvam em sala um ambiente cativante e que mostre ser importante a população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. **Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.** Diário Oficial da União, Brasília, 15 de dezembro de 2010. Seção 1, p. 34.

BRASIL. Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2013. **Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.** Diário Oficial da União, Brasília, 21 de novembro de 2003.

CRUZ, Salete Aparecida da. **Identidades cambiantes nas comunidades quilombolas de Rio de Contas, no alto do Sertão Baiano.** 2011, 325f. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista, 2011.



Fundação Cultural Palmares. **Comunidades certificadas, 2018.** Disponível em:
<<http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs>>. Acesso em 14 de abril de 2018.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia.** 5a edição. Petrópolis: Vozes, 1997.